



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

ALMIR PINTO

**POLÍTICAS AFIRMATIVAS:
A escolaridade como ferramenta**

Brasília – DF

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

PINTO, Almir.

Políticas afirmativas: a escolaridade como ferramenta / Almir Pinto,
Anápolis: Universidade de Brasília, Orientador: Prof. Henrique Neuto
Tavares 2019. 29 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão
Pública Municipal – Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Educação. 2. Igualdade racial. 3. Políticas públicas.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

ALMIR PINTO

POLÍTICAS AFIRMATIVAS: A escolaridade como ferramenta

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: Esp. Henrique Neuto
Tavares

Anápolis - GO

2019

ALMIR PINTO

POLÍTICAS PÚBLICAS: A escolaridade como ferramenta

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Almir Pinto

Esp. Henrique Neuto Tavares

Professor-Orientador

Titulação, Nome completo,

Professor-Examinador

Anápolis, 28 de maio de 2019

Este trabalho é dedicado aos meus pais, pois sem eles eu nada seria.

Agradeço inicialmente a minha esposa Carmen, que usou de muita renúncia para me apoiar; aos meus filhos Thalisson Henrique e Iara, que foram a minha inspiração; e aos amigos que me incentivaram em cada passo.

RESUMO

O Brasil é um país de diversidade em muitas áreas da vida das pessoas. Essa pluralidade é oriunda da enorme miscigenação que tanto aprendemos desde os pequenos anos de vida. Seja num aspecto aglutinador, quando se fala que ela enriquece a formação brasileira; seja no aspecto devastador quando prega que a superioridade de um grupo em relação a outro. As políticas públicas são mecanismos para harmonizar estas diferenças.. Assim, as políticas públicas com foco na educação tende a gerar os benéficos resultados propalados. Verificar os marcos históricos e legais no Brasil sobre as políticas públicas concernentes as ações afirmativas que objetivaram a redução da diferença de oportunidades através da educação. Este trabalho se utiliza de pesquisa bibliográfica para descrever as circunstâncias envolvidas e indicar aspectos relevantes referentes as políticas públicas visando a condução para a igualdade das oportunidades no recorte racial, desta forma mostrando a efetividade destas ações políticas. Concluiu-se que a educação, por sua vez, é um dos parâmetros de evolução e desenvolvimento mais significativos e impactantes para o desenvolvimento dos grupos sociais

Palavras-chave: Educação. Igualdade racial. Políticas públicas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Contextualização.....	1
1.2	Formulação do problema	1
1.3	Objetivo Geral.....	2
1.4	Objetivos Específicos.....	2
1.5	Justificativa.....	2
2	REVISÃO TEÓRICA.....	3
2.1	Panorama do racismo no Brasil.....	3
2.1.1	Escolaridade.....	4
2.1.2	Criminalidade.....	6
2.1.3	Pobreza.....	7
2.1.4	Religião.....	8
2.2	Breve relato sobre a necessidade de ações afirmativas.....	8
2.2.1	Diferença histórica de alguns grupos sociais.....	9
2.2.2	Colonização europeia.....	10
2.2.3	Colonização japonesa.....	10
2.3	Ações para redução das desigualdades.....	10
2.3.1	Medidas governamentais para ações afirmativas.....	10
2.3.2	O resultado das cotas nas universidades.....	12
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	13
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	15
6	REFERÊNCIA.....	17

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A desigualdade social existente no Brasil é de longa data. Pela formação de seu povo, os mecanismos discriminatórios sempre andaram lado a lado às benesses privilegiantes. Nem tanto por generalização, porém mais por observação das particularidades, as ações tomadas para corrigir esta chaga social que aflige a sociedade brasileira deve atender com o necessário onde se fizer necessário até que não seja mais necessário. Deve empregar recursos para remediar os focos de distorções, criando condições para que aqueles que com ela sofrem tenham condições de se desenvolver e criar condições para que seus descendentes tenham menos necessidade das ações pois acredita-se que antecedentes, melhorando suas condições sociais, proporcionarão aos seus descendentes melhores condições em relação às que tiveram. Neste cenário, a necessidade das ações afirmativas que lograram sucesso se tornam paulatinamente menos necessária com o transcorrer do tempo.

Evidenciar que a diferença se apresenta na atualidade de maneira sorrateira, quase invisível e socialmente aceita, quando não é apoiada e incentivada. Que os dados, com a frieza da tabulação propiciada por planilhas, gráficos e quadros comparativos, apresentam a realidade incontestável desde que se queira olhar de frente para eles. Assim, é possível enxergar um pouco do que está “por baixo do tapete”. E também o quanto, contingentemente efetiva-se atos que reforçam este quadro, sem nos darmos conta que estamos alimentando uma realidade histórica.

O Estado deve proporcionar a todos as mesmas possibilidades. A necessidade de mais ou menos recurso para um grupo em relação ao outro é em função das diferenças intrínsecas das diversidades históricas que se expandem arditosamente pelas searas cultural e social. É neste viés que as políticas afirmativas se fazem necessárias e é este o foco deste estudo.

1.2 Formulação do problema

O tema em questão é concernente as políticas de igualdade racial. Ele se mostra relevante pois andamos em busca de uma sociedade igualitária e que atenda a sua pluralidade de manifestações. O Brasil, como um país multirracial que é (e daí a sua diversidade cultural), anseia

por políticas públicas que, tanto amenize as diferenças quando elas são danosas ao coletivo, como valorize a sua riqueza étnica advinda da miscigenação.

Sendo a educação o recurso mais efetivo para a evolução de um povo, as políticas públicas que fomentam a igualdade racial através dela, se bem e plenamente implementadas podem trazer valorosos resultados em pouco tempo de aplicação.

Porém, por vícios culturais, ainda temos obstáculos a transpor, mesmo contando mais de 100 anos da abolição da escravatura. Atitudes, ações e reações sutis podem não ter a devida importância, o que as tornam insidiosas com o tempo. As políticas públicas, no seu viés impositivo, se torna instrumento para a equalização deste problema.

1. 1.3Objetivo Geral

Verificar os marcos históricos e legais no Brasil sobre as políticas públicas concernentes as ações afirmativas que objetivaram a redução da diferença de oportunidades através da educação.

2. 1.4Objetivos Específicos

- ✓ Relatar marcos históricos e legais que apresentam significativa relação com o tema proposto
- ✓ Apontar ações efetivas e seus resultados mitigadores das diferenças sociais

3. 1.5Justificativa

Entender as diferenças existentes na sociedade brasileira é um ato de profunda importância para a nossa evolução. Uma diferença histórica, que não conseguiu até hoje romper as barreiras do tempo, visto isto que a componente histórica se apraz por muitos anos na vertente sociocultural. A partir da percepção e entendimento deste mecanismo, sua influência nas pessoas e os seus resultados sociais pode-se elaborar ações que diminuam as diferenças dos grupos. As mudanças são na “carne e nos ossos”, portanto, estruturais. E essa mudança se faz necessária para uma sociedade plural (o que não podemos mudar), acolhedora (pois abraça os diferentes) e autêntica (já que é praticamente única). O Brasil, como signatário de tratados internacionais, tem implementado ações

diversas para mitigar os problemas relativos a essa defasagem social e buscando uma sociedade mais justa. Cumprir compromissos assumidos por estes acordos não nos transforma em uma sociedade moderna, mas nos livra da mentalidade retrógrada para qual o valor do indivíduo varia de acordo com a sua herança histórica.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Panorama do racismo no Brasil

A diferença social no Brasil é grande e endêmica em diversos parâmetros usados para avaliar as condições de progresso humano. Apesar de estarmos distante cronologicamente do momento do “descobrimento”, fato histórico para situar o raciocínio no tempo, constata-se que os esforços empregados ao longo dos anos não surtiram os efeitos necessários para a evolução social. Prega-se uma igualdade racial na sociedade brasileira sem referenciar aos números estatísticos pois eles negam essa igualdade. É esta forma de agir, disfarçando e distorcendo fatos que retratam a realidade transformando-a em algo mais “ameno” para quem não se sente confortável em ver a realidade. Dados estatísticos definindo o cenário do negro e do não negro são escassos pois a sua aplicação é recente. Como estes dados são de relevante importância para a elaboração de políticas públicas, e sendo eles ausentes, as distorções entre o objetivo e o resultado planejado são comuns. Podemos até ver essa situação como uma prática de racismo, pois, por não terem parâmetros adequados para monitorar os efeitos das ações governamentais, apresenta-se uma necessidade e colhe-se resultados que não afetam o problema.

A diferença salarial entre gêneros pode tem o seu peso social. Muito se fala de homens com salários médios maiores que os das mulheres, conforme Ferreira (2019). O índice de jovens envolvidos em crimes são alarmantes, e a evasão escolar nos últimos anos do ensino médio é prenúncio de catástrofe. Parece ser este o quadro da realidade brasileira, mas é apenas um esboço da nossa realidade. Basta olhar atentamente para as citações que veremos algo a mais. A diferença entre gênero é real, porém observando a amostra de mulheres, verificaremos que a negra predomina nos salários mais baixo. Nossos jovens sofrem com a violência de todas as formas, mas o jovem negro geram mais boletins de ocorrências (AZEVEDO 2015), e a evasão escolar nas classes mais desfavorecidas se deve a necessidade de complementar a renda familiar. Daí, se os pais são negros, recebem os menores salários, e seus filhos vivenciam mais frequentemente a necessidade abandonar a escola com a finalidade de ajudar na complementação da renda familiar.(BRANDALISE 2019).

Quando se discute políticas afirmativas, alguns tópicos merecem relevância no estudo pois são significativos para o assunto. Diminuir a diferença social significa equalizar fatores que influenciam na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Entendendo o seu significado no contexto melhora-se o resultado final.

2.1.1 Escolaridade

A escolaridade é fator chave para a evolução de uma sociedade, e muito mais numa comunidade. A equidade nas oportunidades de acesso à escola e também a qualidade desta é fator necessário para a redução das diferenças. Uma educação básica de qualidade desenvolverá um aluno capacitado a acompanhar as séries seguintes. Uma escola de qualidade, além de bons professores e material didático, deve disponibilizar profissionais que possam detectar distúrbios e desvios no aprendizado, evitando a evasão e repetência. Entendida como ambiente de mudança social, a escola tem o desafio de disponibilizar para os seus alunos os desafios que os farão integrados com a situação corrente em que estão imersos. Com a evolução, novos desafios advindos da nova realidade da sociedade mais informatizada e informada. A dificuldade de concentração toma um papel mais significativo e este é o embate que se deve enfrentar pois a quantidade de informação é enorme, o tempo continua exíguo e a falta de foco pode desencarrilhar toda e qualquer meta definida. Desenvolver nos alunos as habilidades necessárias para lidar com estes desafios é a meta da escola que fará seus egressos capacitados a desenvolver tratativas quanto a essa carga de informação, habilitados a manipular produtivamente o que está disponível, tornando-os capazes de construir uma visão crítica e utilizável no que se refere ao panorama que lhe está disponível (GUIMARÃES 2016), além de ser sintonizada com a vida da comunidade pois o aprendizado é uma construção do cidadão completo.

Partindo do princípio que a escolaridade é ponto significativo para a evolução de uma comunidade, emperrar ações educativas têm como consequência direta o retardamento do desenvolvimento deste povo. Durante o decorrer da história, observa-se ações que criam estes obstáculos contra o desenvolvimento da população negra. Cerqueira (2017, pág. 12) descreve e cita diversos artifícios usados contra a escolarização da população negra desde a sua introdução no corpo social da colônia e da república brasileira. A restrição ao acesso educacional da população negra, desde a abolição da escravatura até a primeira metade do século XIX, a despeito do que rezava a lei, era de cunho discricionário. Enquanto a Lei do Ventre Livre previa que os senhores donos de escravos beneficiados deveriam assumir as crianças com menos de oito anos e que crianças abandonadas deveriam receber apoio do Estado ou da iniciativa privada na sua educação; e

que a reforma do ensino primário e secundário de 1879 impingia a obrigatoriedade de ensino para as crianças de 7 a 14 anos e também eliminava a proibição que impedia a frequência dos escravos nas escolas, o cumprimento destes dispositivos legais só eram percebidos em estabelecimentos que eram liderados por abolicionistas. Escravos e negros livres e libertos tinham suas matrículas negadas nos outros estabelecimentos de ensino. Com a assinatura da Lei Áurea, esta população, sem a necessária capacitação, foi colocada nas ruas, lançadas à própria sorte. Conforme descreve Gonçalves (2000, pág. 328)

Uma maneira de segregação, menos evidente porém mais abrangente, se dá através da segregação dos pobres e culturalmente menos favorecidos, calcada no pensamento que existem diferentes necessidades entre pobres e não pobres. A escola pública e a privada serve a classes sociais distintas. Mesmo a pública varia no quesito qualidade ao atender os dois grupos de usuários, sendo assim elemento de discriminação. Os estabelecimentos escolares com melhor desempenho em seus objetivos são geralmente localizados em áreas cuja população que a frequenta tem melhores condições sociais, recebem mais recursos e seus funcionários têm desempenho acima da média. Ao contrário das escolas que atendem os bairros menos favorecidos, convivem com menos recursos, dificuldade de atrair melhores profissionais e atendem uma população com mais restrição para assimilação do conteúdo. Desta forma, ao tratar desigualmente as partes da população, restringe-se a possibilidade de migração social dos menos favorecidos.

De forma quase despercebida promove-se mais um ato discriminatório: quando discrimina os pobres com detrimento no ensino de qualidade, penaliza mais o negro por ser ele a maioria neste extrato social. Hasenbalg (1987, pág. 1) cita Maria Teresa Ramos Dias descrevendo esta manobra. Paralelamente ao fator geográfico, existe o motivacional que conduz os atos dos docentes nas suas ações educativas. Diferentes posturas foram identificadas entre estes profissionais quanto ao nível socioeconômico dos clientes. Sob a denominação de otimismo educacional e ideologia da impotência, pode-se agrupar comportamento e modos de agir que retratam a forma de proceder dos professores variando de acordo com a situação da escola. No otimismo educacional, que está presente nas escolas de classe média, o esforço dos professores é alimentado pela ideia de que o sucesso educacional é esperado pela sociedade e que um fracasso deporá contra a imagem do estabelecimento. Ao contrário do que se observa na ideologia da impotência, a percepção reinante entre os professores é de que todo esforço ali empregado é inútil pois permeia a imagem de que os alunos são filhos de bêbados, drogados, de famílias desestruturadas e descompromissadas com seus membros. Que pouco pode ser aproveitado e bem menos pode ser resgato. Este quadro é desmotivante para o docente, que por sua vez, não tem a motivação necessária para se empenhar ao nível necessário para romper este estado situacional. Isto se torna uma profecia autorrealizável, pois com formação deficiente, os piores caminho os alunos tendem a trilhar, condenando seus filhos ao

destino dos pais. E aliado ao exposto, é citado o fator relativo a cor da pele, que matricula o aluno negro nas escolas menos qualificadas e o racismo institucional que o faz receber menos atenção na sala de aula. Conforme relata Zamora (2012), estas diferenças raciais são vistas ainda hoje através de números que mostram que negros são em menor número nas escolas, frequentam em média menos anos, e a taxa de analfabetismo é bem superior quando comparado com os brancos. Quando se observa os dados relativos ao ensino médio, percebemos que a evasão se dá pelo nível de pobreza, que os atinge fortemente, por estarem nos extratos de menor renda, o que os leva a abandonar os estudos para ingressar no mercado de trabalho. Um ponto importante nesta situação é a consideração de Valente (2005), que indica ações para mitigar esta situação agindo-se sobre o conteúdo utilizado em sala de aula e na formação sobre a temática para os docentes.

2.1.2 Criminalidade

A criminalidade não afeta somente a população negra, mas a todos os socialmente lateralizados. O preconceito é direcionado ao negro, ao pobre, e ao esteticamente dessintonizado. Só que sendo pobre, negro, e trajando roupas temáticas, certamente será alvo de preconceito. Por falta de oportunidade ou vontade de ascensão social, somados a falta de incentivo para frequência escolar, o jovem é seduzido pela criminalidade. Para evitar esse fascínio, a educação tem se mostrado bem eficiente. Estudos mostram que os investimentos em escolarização trazem bons retornos na diminuição da criminalidade. Num estudo desenvolvido por Kalinca (2015) vários pontos relevantes são considerados em relação ao entendimento e minimização da questão de criminalidade. Tem-se observado que no modelo tradicional do crime a motivação econômica é fator preponderante pois o crime é cometido quando há a possibilidade de retorno financeiro. A educação é um elemento que age nesta possibilidade quando melhora a condição de vida dos envolvidos. Quatro pontos são citados como fatores que interferem na decisão de cometimento do delito:

- ao alterar o custo de oportunidade, quando melhora as oportunidades de salários e emprego aumentando assim o custo de cometer o crime e a punição ser mais custosa pois implica em tempo fora do mercado de trabalho;
- a educação pode alterar a disposição para cometer o crime e a aversão a ele;
- a probabilidade de se cometer um crime hoje está ligado a quantidade de crimes cometidos no passado pois o sucesso da ação atual depende do aprendizado nas situações anteriores, e ao retirar os elementos das ruas e mantê-los ocupados, diminui a possibilidade de ingresso precoce nas atividades criminais; e

- é possível que a ação criminosa seja fruto da convivência com elementos voltados ao cometimento de delitos. Ao agrupar pessoas em círculos onde a prevenção é trabalhada, menor é a possibilidade de elementos deste grupo venha se tornar um expoente criminal.

Partindo destes pontos percebe-se que a manutenção de crianças no ambiente escolar colabora para a diminuição dos índices de criminalidade, principalmente por diminuir o tempo de exposição de crianças em vulnerabilidade social ao ambiente hostil do crime, e por oferecer um espaço de convivência mais bem frequentado. Alocar recursos na educação se liga diretamente à diminuição da criminalidade, porém a médio e longo prazo. Políticas que visam a redução da criminalidade utilizando-se de investimentos na educação dão resultados relevantes a longo prazo.

A Anistia Internacional, conforme Werneck (2019), sugere que a necessidade de se observar o perfil do objeto maior da violência no Brasil no quesito morte por assassinato: jovem, negro, do sexo masculino e morador da periferia. O autor discorre sobre o fato de que 77% dos jovens assassinados são negros e o estereótipo negativo da pobreza a ele associado faz com que estas mortes caia na banalidade. Tal fato é reafirmado pelas estatísticas que mostram uma queda de 32,3% nos homicídios de jovens brancos no período de 2002 a 2012 e que para o jovem negro houve um aumento de 32,4% neste período, de acordo com o Mapa da Violência. *“É como se a vida de um jovem negro valesse menos do que a de um jovem branco, morador de áreas mais nobres da cidade”*, completa o autor. Várias são as causas desta tragédia. A política de segurança pública que se valem de repressão e enfrentamento ao invés da preservação da vida levam as taxas de homicídio para níveis mais altos do que poderiam ser. A força policial é militarizada e vê no jovem o estereótipo do inimigo a ser combatido, principalmente o jovem negro de periferia. Além de termos uma política antidrogas questionável e que está sendo abandonada em várias partes do mundo.

2.1.3 Pobreza

Um ponto apontado por Vieira (2016) como destacado pelas estatísticas e pouco debatido é a pobreza. Publicado pela Agência Brasil, a autora nos alerta que aumentou o número de negros ricos, porém a maioria ainda é branca. Houve a constatação do aumento de negros entre os brasileiros mais ricos (de 11,4% para 17,8%) porém a maioria ainda pertence a população branca pois figuram como 80% dos elementos que se encontram como os 1% mais ricos do Brasil. De cada 4 brasileiros incluídos no grupo dos mais pobres, 3 são negros. Deve-se lembrar que a soma de negros e pardos da população brasileira corresponde a 54% e as mulheres negras são 30% do total de brasileiros. Com essas difíceis condições de vida, a escolarização da população negra sofre para

entrar no ensino superior já que a taxa de evasão escolar nos primeiros anos do ensino fundamental é alta devido à repetência ao longo da vida. As dificuldades existentes, que emperram o progresso por dificultar a existência do indivíduo são verificadas principalmente na área de serviços públicos básicos (saneamento básico, água tratada, moradia, e outros) que vem sendo enfrentadas com políticas públicas mas ainda são prementes no quadro de desenvolvimento social no contexto.

2.1.4 Religião

A religião como parte formadora da identidade da pessoa e sua coletividade é de significada relevância no desenvolvimento da sociedade. Em seu artigo com título “Memórias sociais e a construção da identidade em territórios negros”, Gilmar Santos Mariosa (MARIOSIA, 2016) discorre sobre este tema. No primeiro destaque temos várias facetas. A beleza e o encanto que provocam em seus praticantes, mas também a discriminação que sofrem por não terem origem cristã. Mesmo a Umbanda e as benzedeiras, que foram sincretizadas com o cristianismo, sofrem por terem a identidade da matriz africana.

Porém, apesar da sua significância na formação da sociedade e integralidade de sua estrutura no tocante ao sagrado, os adeptos das religiões de matriz africanas sofrem acirradas discriminações por suas convicções a ponto de buscarem subterfúgios para mitigar os efeitos da segregação. Ilustrando isso no artigo, a autora descreve que a intolerância religiosa os expõe a vários tipos de violência e para escaparem desta situação, utilizam a estratégia de esconder a sua fé. Este proceder tem resultados imediatos significantes, mas reforçam a ideia de que são minoria e que podem ser empurradas para a invisibilidade de todas as maneiras. Incutido na mente da sociedade o preconceito proporciona falas onde o locutor aceita os atos preconceituosos que sofre como normais e aceitáveis.

2.2 Breve relato sobre a necessidade de ações afirmativas

Em artigo com título “A construção histórica das ações afirmativas para afrodescendentes no Brasil”, Baez (2017) nos mostra que ações afirmativas são necessárias para a garantia da igualdade e liberdade numa sociedade. Visando a fraternidade, usa-se a lei para, de forma impositiva, fazer valer a tolerância, e a consideração quanto a diversidade de seus membros. Ao criar uma excepcionalidade dentro da sociedade, ela deve ter prazo para findar, dando lugar à maturidade da sociedade evitando a inversão das forças já que ela, por si só, empoderando o fraco acima da média.

Neste artigo é citado que o reconhecimento formal da questão racial, de gênero e outras nuances da diversidade se dá na Carta Magna promulgada em 1988, propondo-se a enfrentá-los através de ações afirmativas. Em 1996 foi criada a Secretaria de Direitos Humanos. Foi ela que lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos para desenvolver ações afirmativas para grupos vulneráveis. Como resultado temos a criação de políticas compensatórias para negros, que facilitaram o acesso a cursos profissionalizantes e ao ensino superior. Trouxe também o apoio da iniciativa privada para a realização da discriminação positiva. Partindo dessas ações, temos em 2001 o marco do início da efetivação das ideias deste programa. A portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que estabeleceu a cota de 20% para negros em seu quadro funcional e exigindo de suas empresas parceiras o mesmo posicionamento. Na sequência o Ministério da Justiça determinou que seu quadro de assessoramento fosse composto de 20% de negros, 20% de mulheres e 5% por portadores de deficiência física. Nesta trilha, em 2002, o Ministério das Relações Exteriores concedeu 20 bolsas de estudos para afrodescendentes receberem formação e preparação técnica para enfrentarem o processo seletivo de ingresso ao Instituto Rio Branco. Também em 2002, foi criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas. Este programa estabeleceu políticas de discriminação positiva em favor de mulheres, afrodescendentes e portadores de necessidades especiais pontuando mais favoravelmente nas licitações públicas os fornecedores que praticavam a inclusão social. Nesta trilha, o estado do Rio de Janeiro foi o primeiro membro da federação a aprovar uma lei que estabelecia 40% das vagas em suas universidades para negros e pardos em seus vestibulares. Este exemplo foi seguido praticamente por todas as outras universidades estaduais e federais. Como resultado, em 2012 foi promulgada uma lei federal específica sobre o assunto expandindo o sistema de cotas para todos os estabelecimentos federais de ensino superior e prevendo a sua revisão após 10 anos.

2.2.1 Diferença histórica dos grupos sociais

2.2.1 Colonização europeia

Além da necessidade de mão de obra surgida com as ações da abolição da escravatura, um outro motivo foi levado em conta nas decisões. A eugenia foi um diretor do pensamento da época, que visava introduzir imigrantes no Brasil para substituir a mão de obra negra recém-libertada. Baseados na vontade de “embranquecer” a população, a preferência foi pela busca de alemães, italianos, portugueses e espanhóis.(LOURENÇÃO 2015)

2.2.2 Colonização japonesa

Conforme Gil Vicente Nagai Lourenção cita em “Dos mares do Japão às terras Brasileiras: Algumas considerações sobre o Brasil, a imigração japonesa e sua influência na agricultura”, a imigração japonesa, apesar de ter trazido pessoas de poucos recursos financeiros, teve a facilidade do respaldo do Estado em subsídios, disponibilização de áreas para trabalho, e a observância do governo japonês. Duplamente intencionado, os tratados de imigração que trouxeram os japoneses para o Brasil aliviou o anseio japonês por locais para imigrar e também criar no território asiático nichos de mercado para o café aqui produzido. Com o passar do tempo, novas oportunidades apareceram. Vindo para a lavoura de café, os japoneses atuaram também na produção de hortaliças, frutas, legumes e verduras. Núcleos e colônias foram formados bem como associações que deram suporte para estes imigrantes. Estes apoios vieram tanto do governo brasileiro quanto do japonês, que cercou de zelo os imigrantes que aqui permaneceram, recebendo assim condições de prosperar e manter os seus laços familiares e culturais.

2.3 Ações para redução das desigualdades

2.3.1 Medidas governamentais para ações afirmativas

Ações afirmativas que tivemos com propulsor foram várias. Já na época da abolição da escravidão, o texto da lei que provia a alforria dos cativos trazia o instrumento para a escolarização dos recém-libertos. Mas, apesar de existir o mecanismo, a sua utilização dependia da boa vontade do agente público. O fato de ter o direito de estudar em escola pública não dava ao negro a possibilidade de exercer este direito por ações onde cabem a discricionariedade do servidor. (ZAMORA 2012).

A Lei No 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a sua antecessora (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) incluindo a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A Lei 11.645 de 10 de mar 2008, por sua vez inclui a cultura indígena na grade curricular.

A Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de cotas no ensino superior reserva 50% das vagas dos cursos e turnos nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia para os alunos oriundos do ensino médio público, seja em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. A Portaria Normativa Nº 18, de 11 de Outubro de 2012 regula a

Lei 12.711/2012 e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. A [Lei nº 12.288, DE 20 de julho de 2010](#) institui o Estatuto da Igualdade Racial; e para isto altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Estes regulamentos permitem ações legais para a mitigação dos históricos problemas que afetam a igualdade entre as pessoas no Brasil. Muitas outras ações foram e estão sendo implantadas.

Diversas ações foram implementadas pelo governo federal, através da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. No sítio desta Secretaria, são indicadas como ações estratégicas a inserção e a elevação da escolaridade com o intuito de atender as demandas dos movimentos sociais negros quando estes demandam por ações de alfabetização e de ações afirmativas que foram delineadas a partir dos anseios percebidos em fóruns de igualdade racial, conferências, consultas públicas onde foram discutidos estes temas (projetos de alfabetização, orientação para a qualificação técnica e instrumentos de inserção).

Com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996 através da promulgação da Lei nº 10.639/2003 foi inserida a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, que acompanhada da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em 2004, definiu-se as políticas de educação para as relações étnico-raciais do Ministério da Educação. Contempla-se também a elaboração e implementação de políticas públicas educacionais focadas na educação de jovens e adultos e a Educação Escolar Quilombola. Tratativas junto ao Ministério da Educação, partindo da implementação da Lei nº de 2012, visam a implementação de cotas nos estabelecimentos federais de ensino superior para ingresso de estudantes negros. Acordo firmado com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, objetivam a identificação, seleção, reconhecimento e divulgação de boas práticas que retratam a diversidade étnico-racial e a importância para essa relação.

2.3.2 O resultado das cotas nas universidades.

O resultado da aplicação do sistema de cotas nas universidades, bem como as suas ações correlatas, tem apresentado resultados significativos. Mesmo com os números ainda muito desproporcionais, a melhora é promissora. Em matéria publicada a jornalista Débora Brito (BRITO 2018) apresenta números e depoimentos que retratam esta melhora. Pelo se relato ela houve um aumento de quase quatro vezes nas chances de obter um diploma para os atendidos pelo sistema de

cotas quando se observa os últimos dez anos no Brasil. Observando-se desde o início do sistema de cotas, é possível perceber-se que em 2002 o crescimento era de 2,2% na diplomação de negros e pardos e em 2017 este índice é de 9,3%. Apesar deste crescimento aparentar ser pequeno, ele nos leva a proporção de 22% de negros diplomados na academia atualmente, ao passo que no ano 2000 o índice era de 9,3%. Também é percebido que houve um aumento de número de matrículas de estudantes negros na graduação, que em 2011 era 11% de um total de 8 milhões, indo para 30% em 2016.

Em artigo publicado no sítio www.politize.com.br/sistema-de-cotas-no-brasil/, Fernanda Scovino (SCOVINO 2018) apresenta um panorama do resultado do sistema de cotas. Partindo da exposição das duas correntes de pensamento que ela constatou em seus estudos, podemos ver que o sistema de cotas revelaram grupos antagônicos sobre este tema. O grupo dos defensores das políticas afirmativas afirmam que elas garantem a igualdade de acesso ao ensino contornando a discrepância entre o ensino básico gratuito e o privado, e também a discrepância histórico-cultural desfavorável ao pobre e ao negro. E também proporciona a sua representatividade no meio acadêmico, o que incentiva as gerações seguintes. E do outro lado estão os contrários que afirmam que o sistema de cotas desmerecem o empenho e mérito dos estudantes que alcançavam classificação no vestibular, com notas de cortes menores, e que não conseguiriam acompanhar os demais reduzindo assim o nível de qualidade dos cursos. Apresentadas estas duas vertentes, a autora mostra diversos dados onde retrata o desempenho dos alunos cotistas e não-cotista registrando que os resultados são bem próximos em diversos quesitos. Ao referir-se ao estudo apresentado pela Universidade de Brasília diz:

Do ponto de vista acadêmico, o relatório mostrou que o rendimento dos estudantes formados, em todas as áreas do conhecimento, não varia muito entre cotistas e aqueles que ingressaram pelo sistema universal, além de mostrar que grande parte dos estudantes negros não teriam ingressado na UnB na ausência do sistema de cotas. (SCOVINO, 2018)

Ao apresentar uma análise de uma tese apresentada na Universidade Federal do Espírito Santo, ela constata que existe um desempenho maior de alunos cotistas em relação aos não-cotistas em 5 dos 15 cursos por ela analisados; desempenho igual no curso de engenharia Ambiental; e dos restantes, somente 3 tiveram mais de 1 ponto de diferença entre os não-cotistas. Ainda esta autora, neste artigo, refere-se a um estudo desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro onde expõe o resultado do sistema de cotas onde relata que a média no exame de admissão dos cotistas foi, em alguns cursos, metade das obtidas pelos não-cotistas. E observando-se o desempenho ao longo do curso, esta diferença deixa de existir pois a média dos dois grupos se igualam. Assim, vê-se que as dificuldades existentes no ingresso são superadas e os alunos cotistas adquirem capacidade para acompanhar o desenvolvimento das aulas.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa bibliográfica conforme Fonseca (2002 apud Denise 2009, pág 31), de natureza aplicada, que utiliza-se da metodologia qualitativa, explicativa fazendo uso de bibliografia de autores brasileiros, tanto em livros quanto em artigos científicos, na sua versão física ou eletrônica, e também sites especializados no tema em diversas áreas de conhecimento. Baseada unicamente nas bibliografias citadas, que foram utilizadas para a exploração do tema. A pesquisa de natureza aplicada se faz necessária pois intenciona-se a utilização dos resultados oferecidos ao final do trabalho na melhoria do entendimento das ações afirmativas, mostrando a sua utilidade.

A metodologia qualitativa conforme Denise (2009, pág 31),

“não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A situação atual, onde ainda temos os resquícios de ideias arraigadas em conceitos culturais que já não mais cabem no momento, é de profunda importância para a evolução da sociedade brasileira. Ainda restam reparos a serem feitos para diminuir a diferença que habita entre as diversas comunidades que compõem a nossa sociedade. Ainda temos índices que necessariamente precisam ser trabalhados com o intuito de melhorá-los e assim promover a igualdade entre os indivíduos.

Sem as facilidades oferecidas aos outros grupos de imigrantes que vieram para o Brasil, os negros libertos ficaram em desprovidos de elementos que lhes permitissem um progresso social. Mesmo com a edição de leis que os permitisse frequentar escolas, essa frequência dependia da vontade do dirigente do estabelecimento. Mesmo sendo lei, o seu cumprimento não era pleno. Quando da sua libertação, o negro se deparou com uma leva de imigrantes europeus, convidados pelos eugenistas, vindo para trabalhar nas funções que ficaram disponíveis. Como pessoas livres, aos negros restou disputar estas vagas com os imigrantes ou executar funções que antes não faziam. Num momento adiante, houve a imigração japonesa, que foi cercada de cuidado pelo governo japonês e amparado pelo estado brasileiro sem olhar para os cidadãos descendentes dos escravos.

Nos diversos aspectos analisados, podemos contatar que ainda temos muito trabalho a ser feito nos próximos anos. Problemas que, se analisados separadamente, são de difícil resolução podem ser solucionados através de ações multidisciplinar, pois o resultado de uma ação num determinado campo pode desencadear a melhora de índices em outro. E neste ponto a educação da

população é primorosa em seus resultados. O investimento na educação tira as crianças e jovens do ambiente pernicioso, desenvolve a autoestima e a vontade de evoluir (ao mostrar um mundo além do que ele vive), patrocina a tranquilidade dos pais para trabalhar, dentre outros benefícios. Recursos aplicados na formação e aperfeiçoamento dos profissionais de educação potencializa estes benefícios pois tende a eliminar o preconceito institucional e melhor prepará-los a convivência com a diversidade. Tendo uma boa base educacional, melhor será o desempenho do aluno na universidade. Como consequência temos a melhoria dos índices estatísticos que hoje são ruins.

Quando estudamos os fatores referentes a criminalidade constatamos que a parcela do extrato inferior da sociedade sofre mais do que as outras. E se for acrescida da pele escura o sofrimento é maior. O jovem, da periferia e negro carrega consigo quase toda carga de preconceito e estereótipo desfavorável, o que o impede de usufruir das oportunidades da vida como os outros cidadãos. Neste quadro temos estatísticas que o aponta como primeiro lugar em mortes violentas, número de geração de boletins de ocorrência, furtos e roubos, e outros. E piorando quadro, basta acrescentar a questão de gênero – mulher. Para tornar a vida no crime menos atraente, podemos torná-la mais custosa. Uma forma bem eficiente é tornar outras alternativas mais visíveis. E essa visibilidade pode ser através da perspectiva de um outro caminho, do progresso pessoal, de uma melhor expectativa de vida.

No quesito renda constatamos que a média dos cidadãos negros ocupam posição bem menos confortável que os brancos. Apesar do avanço que foi reportado nos últimos anos, a defasagem ainda é grande e levará muito tempo para ser corrigida seguindo as tendências de evolução atual. A renda é concentrada no grupo que tem condições de gerá-la e administrá-la. Então, para distribuir melhor esta renda, aumentar a capacidade de distribuí-la e administrá-la é um passo relevante para obtenção do resultado desejado.

A discriminação religiosa sofrida por uma pessoa atua muito na sua autoestima. As religiões de matriz africana, mesmo com a sua contribuição na formação da cultura brasileira, são alvos constantes destas ações. Para evitar maior desgaste, algumas pessoas negam a sua religiosidade em público mas a mantém acesa no seu núcleo. Entender a importância desta vertente religiosa para a formação da nossa cultura e sociedade dissolverá as ações discriminatórias em relação a ela.

As políticas de cotas apesar de sofrerem ataques, tem se mostrado eficiente na diminuição das desigualdades sociais. Como constatado nas referências, mesmo em desvantagem educacional verificadas pelos exames vestibulares, o rendimento e aproveitamento dos alunos cotistas, ao final do curso, se mostra equivalente aos não cotistas. Isso demonstra que o crescimento do aluno beneficiado pelo sistema de cotas durante o curso é bem acima do não cotista. Assim, ao final de cada cursos temos a diluição de novos profissionais formados nos cursos superiores, promovendo a

equalização entre os grupos sociais. Com essa promoção, nota-se a melhora da renda de seus descendentes, e todos os benefícios consequentes.

A criação do Secretaria dos Direitos Humanos foi o marco para essa jornada. A implantação do Plano Nacional de Direitos Humanos serviu de alicerce para muitas ações que, na trilha das ações afirmativas, fomentou a igualdade para grupos de vulneráveis. Reserva de vagas no Instituto Rio Branco e na demarcação de terras pelo INCRA foram exemplos seguidos e deram bons frutos. As cotas nas universidades implantadas no estado do Rio de Janeiro foi modelo para sua aplicação em estabelecimentos congêneres.

O panorama neste momento estudado, nos mostra que houve uma significativa melhora nas perspectivas dos índices atuais que se referem às oportunidades da população afrodescendente. O resultado apresentado como consequência da aplicação das cotas no ensino superior nos mostra que o caminho da igualdade social pode ser por este instrumento. E é simples o seu mecanismo. Ao ter condições de terminar um curso superior, mesmo com notas de ingresso inferiores se comparados aos não cotistas, o beneficiário do sistema de cotas corresponde á oportunidade oferecida. Com isto, ele consegue uma melhor colocação profissional e consequente melhor salário. Com melhores condições financeiras ele pode proporcionar aos seus filhos uma escolaridade de melhor nível que recebeu, o que prepara melhor o filho para o ingresso no ensino superior. E este filho tem a oportunidade de ser um profissional melhor que os seus pais. Cria-se assim um círculo virtuoso que fará o sistema de cotas ser desnecessário para a sua descendência.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Apesar deste estudo não esgotar as fontes e possibilidades de ações, podemos concluir que a mudança da realidade está acontecendo. As cotas mostram que a escolaridade é uma alternativa viável. E se nos mantivermos neste rumo logo atingiremos a igualdade de oportunidades que é o objetivo desejado.

Muito há para ser feito, e muito precisa de aperfeiçoamento. As adversidades e ataques que o sistema de cotas tem enfrentado parte basicamente de quem não conhece a sua eficiência, e, baseado em conceitos arcaicos, mantém uma conduta de exclusão.

É notório que apenas as ações afirmativas no âmbito da escolaridade são importantes mas não esgotam todas as possibilidades. O campo é vasto e elas ocupam apenas uma parcela. Seus resultados são valorosos mas apresentam-no ao longo do tempo, o que faz que não seja percebido a curto prazo. Essa falta de resultado imediato pode levar a descontinuidade das ações, principalmente por quem não acredita nelas.

E para finalizar, a disposição para efetuar mudança cultural será o fomento da evolução desta questão. E como resultado, da forma que foi propalado no estudo, nos aproximaremos da igualdade social.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Lola. Mulheres e pessoas negras tem menor renda e são maioria entre desempregados no Brasil. Disponível em <http://www.generonumero.media/mulheres-e-pessoas-negras-tem-menor-renda-e-sao-maioria-entre-desempregados-no-brasil/> Acessado em 04 mar. 2019.

AZEVEDO, Rita. 4 dados reveladores sobre os meninos infratores no Brasil. 21 jun 2015. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/4-dados-reveladores-sobre-os-meninos-infratores-no-brasil/> Acessado em 04 mar. 2019.

BRANDALISE, Camila. Uma nova e preocupante evasão escolar. Disponível em <https://istoe.com.br/uma-nova-e-preocupante-evasao-escolar/> Acessado em 04 mar.2019.

GUIMARÃES, Roberto. A escola ideal. OUT. 2016. Disponível em <https://super.abril.com.br/cultura/a-escola-ideal/> Acessado em 04 mar. 2019.

GOMES, Maria Lúcia Moreira. Quando a instituição escolar contribui para a violência: um olhar sobre os portadores de transtornos de aprendizagem. Vértices, 01 Out 2012, Vol.14(1 Especial), pp.219-229 Disponível em <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20120022>. Acessado em 04 mar. 2019.

KALINCA, Léia Becker, Ana Lúcia Kassouf. Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE v. 26, n. 1 (59), p. 215-242, Fev. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v26n1/1982-3533-ecos-26-01-00215.pdf>. Acessado em 04 mar. 2019.

CERQUEIRA, Daniel, Danilo Santa Cruz Coelho, Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2017 Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2267.pdf . Acessado em 31 mar. 2019.

HASENBALG, C. A. Desigualdades sociais e oportunidade educacional – a produção do fracasso. Fundação Carlos Chagas: Cadernos de Pesquisa (63), p. 24-26, novembro de 1987. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1265/1268> . Acessado em 31 mar. 2019.

WERNECK, Jurema. Um pacto pela vida dos jovens negros. Anistia Internacional. Disponível em <https://anistia.org.br/um-pacto-pela-vida-dos-jovens-negros/> . Acessado em 01 abr. 2019.

VIEIRA, Isabel, IBGE: negros são 17% dos mais ricos e três quartos da população mais pobre. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre>. Acessado em 01 abr. 2019.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas, Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. Fractal, Rev. Psicol. vol.24 no.3 Rio de Janeiro Set./Dez, 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922012000300009>. Acessado em 01 abr. 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - Análise preliminar dos dados*. Brasília, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais. Brasília, 2010. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acessado em 01 abr. 2019.

MARIOSIA, Gilmaria Santos. Memórias sociais e a construção da identidade em territórios negros. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* vol.22 no.1 Belo Horizonte Jan./abr. 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2016V22N1P145>. Acessado em 01 abr. 2019.

LOURENÇÃO, Gil Vivente Nagai, *Revista Tomo* 2015;26(6):165-209. Universidade Federal do Sergipe. 2015. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4406/3644>. Acessado em 03/04/2019.

BRITO, Débora. Cotas foram revolução silenciosa, afirma especialista. Agência Brasil. 2018. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acessado em 03/04/2019.

SCOVINO, Fernanda. Análise do sistema de cotas do Brasil. Deu certo? 2018. Disponível em <https://www.politize.com.br/sistema-de-cotas-no-brasil/>. Acessado em 03/04/2019.

VALENTE, A. L. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 28, p. 62-77, jan./abr. 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14/05/2019

BAEZ, Narciso Leandro Xavier, A construção histórica das ações afirmativas para afrodescendentes no Brasil. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, vol. 13, n. 3, p. 514-538, Set.-Dez., 2017

<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/2219/1486>

GIL, Antônio Carlos, Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Denise Tolfo Silveira e Fernanda Peixoto Córdova. Métodos de pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em

<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> . Acessado em 27 de maio de 2019.